

ARTIGO

LIBERDADE E LIBERALISMO:

TENSÕES E DISPUTAS NO CONTEXTO DOS CONGRESSOS BRASILEIROS DE ESCRITORES DE 1940

CARLA REIS LONGHI

Doutora em História pela Universidade de São Paulo. Pós-Doutora em Comunicação Social pela Universidad Complutense de Madrid. Diretora da Faculdade de Ciências Sociais e Professora do PEPG em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: clonghi@pucsp.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2937-8982>

FERNANDO MIRAMONTES FORATTINI

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com Doutorado Sanduíche pela Universidade de Chicago. Cofundador e Pesquisador do Corruption in the Global South Research Consortium (EUA).
E-mail: fernandomiramontes@yahoo.com.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8431-8555>

RESUMO: Os anos 1940 foram marcados por uma intensa atividade tanto no cenário internacional quanto no âmbito interno. Internacionalmente, as consequências do fim da Segunda Guerra Mundial, o início da Guerra Fria e as políticas internacionais adotadas pelos Estados Unidos influenciaram significativamente os acontecimentos globais. Domestica e, tivemos o fim do Estado Novo e os intensos debates em torno de projetos de país. Nesta tecitura, os ideários políticos foram colocados em movimento, com longos debates sobre autoritarismo, liberalismo e democracia. O objetivo deste artigo é reconstruir parte desses debates, destacando as disputas em torno do tema da liberdade e, conseqüentemente, do liberalismo e do nascente neoliberalismo. Utilizaremos como ferramenta de análise os debates ocorridos nas três primeiras edições dos Congressos Brasileiros de Escritores (1945, 1947 e 1950), assim como a repercussão desses debates na imprensa. Através das categorias de "espaço de experiência" e "horizontes de expectativas", discutidas por Koselleck, buscamos compreender a contínua tensão e interação entre uma história dos conceitos e a história social na compreensão do período histórico em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Congresso Brasileiro de Escritores; liberdade; liberalismo; espaço de experiência; horizonte de expectativas.

LIBERTY AND LIBERALISM:

TENSIONS AND DISPUTES IN THE CONTEXT OF THE 1940 BRAZILIAN CONGRESS OF WRITERS

ABSTRACT: The 1940s were marked by intense activity both internationally and domestically. Internationally, the consequences of the end of World War II, the onset of the Cold War, and the United States' international policies significantly influenced global events. Domestically, there was the end of the Estado Novo (New State) and intense debates surrounding nation-building projects. In this context, political ideologies were set in motion, leading to extensive discussions on authoritarianism, liberalism, and democracy. The aim of this article is to reconstruct a part of these debates, highlighting the disputes surrounding the theme of freedom and, consequently, the emerging ideas of liberalism and neoliberalism. We will utilize the debates that took place in the first three Brazilian Congresses of Writers (1945, 1947, and 1950) as an analytical tool, along with the reflection of these debates in the press. Through the categories of "space of experience" and "horizons of expectations," as discussed by Koselleck, we seek to understand the continuous tension and interaction between a history of concepts and social history in comprehending the historical period under examination.

KEYWORDS: Brazilian Congress of Writers; freedom; liberalism; space of experience; horizon of expectations

Recebido em: 01/03/2023

Aprovado em: 20/06/2023

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2023v77p325-356>



Introdução - Contexto Histórico, Metodologia e Definição do Objeto

O Estado Autoritário varguista mostrava seus primeiros sinais de fragilidade em 1942 com o reordenamento geopolítico que se iniciava. Desde 1939, com a “Missão Aranha”, a “política de equidistância pragmática” foi gradualmente abandonada em favor dos Estados Unidos como principal aliado e modelo desenvolvimentista brasileiro (Cervo, 2015). Em 1941, Vargas estabeleceu conversações com os EUA para a concretização de acordos comerciais e ajuda econômica para a modernização das Forças Armadas e para a construção da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional). Aos EUA, significava um movimento de construção do ‘americanismo’ como paradigma, com “uma verdadeira fábrica de ideologias” (Tota, 2000, p. 19), construída através da disseminação de seus discursos em mídia especializada; Missões de Trabalho¹; discursos políticos²; articulação entre intelectuais³ e acordos comerciais.

No Brasil, vemos a criação de fissuras internas, num intenso rebuliço de ideias e movimentos políticos, momento este marcado pelo posicionamento de diferentes grupos na defesa do Estado democrático, entre eles o Manifesto dos Mineiros (1943); a Sociedade Amigos da América (1943)⁴; a organização da UDN (iniciada em 1944); a moção crítica da OAB (1945); manifestações estudantis entre 1943-45, entre outros. Dentre essas manifestações focaremos no Congresso Brasileiro de Escritores em suas três primeiras edições, visando recuperar parte do debate intelectual, da circulação e conformação de ideários político-culturais presentes nesses encontros.

Entre 1941 e 1942, foi criada a Sociedade Brasileira de Escritores (SBE), depois reformulada para Associação Brasileira de Escritores (ABDE), para debater

¹ Ao todo foram quatro Missões que visavam o reconhecimento da situação político-econômica brasileira e suas potencialidades de desenvolvimento pelos estadunidenses: Missões Taub (1941); Cooke (1942) e Abbink (1948) e a CMBEU (Comissão Mista Brasil – EUA, 1951-1953).

² Importante marca foi o discurso “Point Four Speech” de Truman (1949), definindo os parâmetros da modernização

³ O *Office of the Coordinator of Interamerican Affairs*, de 1941, tinha como uma de suas finalidades o apoio a intercâmbios intelectuais na propagação do americanismo. Autores como Erico Verissimo, Orígenes Lessa e Sérgio Milliet participaram destas parcerias.

⁴ A Sociedade Amigos da América foi fundada em 1943 para o apoio aos aliados na guerra e a defesa da democracia; foi fechada em 1944, o que fez com que alguns de seus membros aderissem à organização da UDN.

a melhoria da condição profissional do escritor brasileiro⁵, favorecendo a defesa da democracia, da liberdade e da função social dessa classe. Será dessas associações que surgirá o I Congresso dos Escritores que ocorreu em São Paulo, entre 22 e 27 de janeiro de 1945, presidido por Aníbal Machado e coordenado por Sergio Milliet. O Congresso foi publicado em forma de Atas e através destas podemos acompanhar seu teor, debates, tensões e encaminhamentos. Duas outras edições ocorreram em 1947 e 1950 e, com elas, veremos que os debates extrapolaram o âmbito intelectual, assumindo conotações políticas, com ampla visibilidade pública, através das discussões na imprensa.

Seguindo a abordagem de Ginzburg ao discutir os vestígios históricos, “escavando os meandros dos textos, contra as intenções de quem os produziu, podemos fazer emergir vozes incontroladas” (Ginzburg, 2007, p.11), buscamos identificar, na circulação dos discursos, as disputas em torno do tema da liberdade, as tensões relacionadas ao liberalismo e os indícios do nascente neoliberalismo e não, *stricto sensu*, a intencionalidade de seus autores e/ou o seu percurso. Neste sentido, alguns esclarecimentos são necessários. Em primeiro lugar, como sugerido por Ginzburg, nosso foco está nos textos e contextos em circulação, não na análise aprofundada do percurso intelectual dos autores. Considerando o contexto de diversidade ideológica e projetos políticos que envolvem debates sobre nacionalismo, desenvolvimentismo e democracia, delimitamos nossa discussão ao debate em torno das ideias liberais. Além disso, é relevante destacar que, ao mencionarmos o neoliberalismo, estamos lidando com indícios de uma racionalidade em processo de construção. Não podemos afirmar que o neoliberalismo vigorava nestes anos e, neste sentido, termos, contextos e conceitos se compõem ainda de forma difusa.

Neste entrelaçamento de ideias, Koselleck nos serve como base metodológica. Como bem discute o autor “o interesse especial pelo emprego de conceitos político-sociais e a análise de suas significações ganham, portanto, uma importância de caráter social e histórico. Os momentos de duração,

⁵ Tratava-se de momento de explosão da produção editorial e de ambiente político tensionado e era diminuto o grupo de intelectuais que podia se dedicar exclusivamente à produção de obras literárias e artísticas; a grande maioria mantinha a escrita como ofício secundário, com atividades externas ao campo intelectual e artístico (Miceli 2001, p. 187).

alteração e futuridade contidos em uma situação política concreta são apreendidos por sua realização no nível linguístico” (Koselleck, 2006, p. 101), o que demonstra que, entre a história dos conceitos e a história social há um campo de indefinição, com o entrelaçamento de termos que remetem à tradição e termos que apontam para o futuro, aspectos estes centrais na análise aqui proposta. Abordaremos, assim, os debates dos Congressos, através de suas Atas, e os debates na imprensa, fruto dos embates nos congressos, em diálogo com o contexto político nacional e internacional, fazendo emergir as disputas em torno do liberalismo e apontando para os indícios do ideário neoliberal presentes em seus termos, analisados aqui na dicotomia do passado – futuro, ou dito de outra forma, na composição de seu espaço de experiência e seu horizonte de expectativa.

Neste sentido, temos como objetivos reconstituir o percurso destes congressos; retomar os principais pontos de discussão relacionados às questões sócio-políticas, na sua correlação com o ideário da liberdade; observar as conexões entre estas discussões e o debate internacional; acompanhar os desdobramentos destes temas na imprensa e, por fim, analisar as dicotomias contidas nos termos utilizados considerando, a partir de Koselleck, as potencialidades futuras versus os enraizamentos tradicionais.

Situando o Congresso: consensos construídos e dissensos anunciados

O congresso surgiu como reação ao autoritarismo do período Vargas em contexto de reordenamento geopolítico, aliado a fatores circunstanciais como a expansão do mercado editorial que proveu mais oportunidades de emprego e liberdade aos escritores brasileiros demarcando uma época em que, nas palavras de Aníbal Machado “...os escritores precisam definir melhor os seus direitos e suas responsabilidades. Não há tempo a perder. [...] Todos confiamos nos resultados completos desse conclave que deverá marcar uma época na história do nosso desenvolvimento cultural” (Diário de Pernambuco, 19/11/1944, p. 6).

Para Carlos Drummond de Andrade: “[O Congresso] tem por fim defender os direitos fundamentais e zelar pelos interesses dos escritores” (*ibid.*). Os

organizadores tinham, portanto, não só o interesse em zelar pela sua profissão, como também, ciência da importância histórica do evento na demarcação da liberdade contra o totalitarismo e autoritarismo para, como disse Drummond, “assegurar uma comunhão de nações libertadas do vírus totalitário” (*ibid.*). Já Antônio Cândido simplifica as subdivisões no congresso para sublinhar a distância entre liberais e esquerda dentro de um ambiente de conciliação “... visava uma tentativa de conagração de todos os opositores do Estado Novo, passando por cima das divergências não apenas entre esquerda e liberais, mas dentro da própria esquerda, o que geralmente é mais difícil. O essencial era unir tacitamente as forças contra a ditadura” (Cândido, 1980, p. 109). Por fim, a fala de Aníbal Machado, na abertura do congresso, expressou a riqueza do evento, indicando a complexidade de visões de mundo e ideários político-culturais: “Reunidos pela primeira vez nesta Assembleia, tratemos de desmanchar o que nos diferencia e nos torna tão desconhecidos uns dos outros para melhor chegarmos ao que nos aproxima” (ABDE, 1945, p. 27).

Este objetivo ficou visível na composição dos grupos de trabalho, demarcados pelas representações profissionais e regionais e pelas temáticas defendidas. Quando observamos as representações de intelectuais encontramos segmentos nacionalistas, religiosos, liberais, socialistas, comunistas e difusos, nas figuras de Mario de Andrade, Caio Prado Junior, Fernando Azevedo, Carlos Lacerda, Afonso Arinos e Amoroso Lima (ambos apoiaram o Congresso, mas não puderam comparecer).

Quando observamos as temáticas discutidas, é interessante destacar que, na Introdução da obra, são indicadas as teses sugeridas para o debate e estas apontavam para questões específicas da função do escritor, tais como, ponderar sobre direitos autorais, regionalismos e universalismo literário, criação literária e liberdade profissional. Entretanto, ao observarmos as teses e os seus pareceres percebemos o alargamento dessas questões para temas sociais, teóricos e políticos, como a discussão sobre democracia e regimes totalitários, a democratização da cultura, educação popular, liquidação do analfabetismo e, mesmo, reforma agrária, entre outros.

A busca por uma unidade mínima que garantisse, neste momento, o funcionamento das associações e a realização do congresso aponta para a importância da defesa da democracia, na oposição declarada ao Estado autoritário. Esta unidade foi conseguida, inicialmente, em torno do tema da liberdade, que se tornou chave para todo o processo; sabemos, contudo, que a defesa da liberdade estava associada ao liberalismo, o que fez com que esta unidade se assentasse sob um vespeiro, apontando para as dissidências intelectuais e político-partidárias, que rapidamente afloraram.

A centralidade da Liberdade: aspectos conceituais

Logo em seu início, na segunda sessão plenária, vemos a ideia liberal despontar. Observemos o debate, com a fala de Carlos Lacerda:

Eu acho que o que se está manifestando através da intervenção do senhor Fernando Azevedo é um conflito. Devemos respeitar o regimento e dar-lhe uma interpretação mais liberal, que nos permita tomar conhecimento das conclusões das teses aprovadas de um modo mais explícito: não apenas em silêncio, mas ouvi-las, mas sobre elas argumentar, concluir e chegar a um acordo que represente a opinião da assembleia. De sorte que o que me parece certo é que a mesa deve encontrar um meio liberal de, mantendo o preceito regimental, dar à assembleia oportunidade de poder ratificar esse pensamento, através de uma manifestação por voto, precedida de pequena explicação, dada pelos respectivos relatores das comissões. (ABDE, 1945, p. 44)

Seguindo na mesma discussão, Fernando Azevedo reforçou a colocação de Lacerda:

Nestas condições eu voltarei ao meu ponto de partida, às minhas primeiras palavras. Assim proporia que a mesa, com o espírito liberal que a caracteriza, revisse o regimento modificando-o neste particular de maneira que ficasse estabelecida de uma vez para sempre que as comissões, estudadas as teses e reduzidas a conclusões ou propostas, as submetessem a sessão seguinte do plenário do Congresso para sua aprovação final. (ABDE, 1945, p. 45)

A controvérsia referia-se ao direito de participação coletiva na construção final das teses. Houve uma conexão perceptível entre o 'espírito liberal' e a participação democrática desde o princípio do Congresso, que o perpassará e se desdobrará, aspecto este adiante mais bem discutido. Começamos destacando

que a palavra 'liberal' foi utilizada pelos autores diversas vezes ao longo do Congresso e é sobre sua conceituação que gostaríamos de ponderar. Para tanto, alguns cuidados e pressupostos precisam nos nortear. Partimos da reflexão proposta por Koselleck para pensarmos sobre o tema:

Sem conceitos comuns não pode haver uma sociedade e, sobretudo, não pode haver unidade de ação política. Por outro lado, os conceitos fundamentam-se em sistemas político-sociais que são, de longe, mais complexos do que faz supor sua compreensão como comunidades linguísticas organizadas sob determinados conceitos-chave (Koselleck, 2006, p. 98).

Buscamos destrinchar e compreender a correlação entre palavras-conceitos e os sentidos presentes em suas formulações, levando-nos à reflexão sobre as formulações desses conceitos, seus usos, e a história social, os sentidos neles constituídos. Como colocado por Koselleck, não buscamos a explicitação de seu sentido linguístico *stricto sensu*, pois esta correlação simplista e imediata não nos esclareceria sobre os percursos e lógicas sociais. Será justamente na articulação entre ambos, conceitos e contexto social, que compreenderemos as significações pretendidas, possíveis e circulantes. Isto porque o autor caminha, em suas reflexões, para uma questão interessante que é a plasticidade do uso de conceitos já existentes, muitas vezes contendo em seus significados, tanto uma valorização de entendimentos tradicionais, reafirmados, quanto uma proposição em direção ao futuro, que aponta para a alteração do sentido original, num horizonte de expectativa, que pode ou não se confirmar.

Liberalismo, enquanto conceito, não era novo no cenário brasileiro. Ele esteve presente em todo o debate republicano, mas foi retomado e reformulado em novo contexto, de crise, num embate político de ideologias circulantes. Seu uso, nesse novo contexto, inicialmente, demarcava a oposição política ao Estado Novo, o que referendava um sentido dado, dentro de um espaço de experiência. Como já destacado, a oposição ao Estado autoritário congregou políticos e intelectuais de diferentes vertentes num mesmo objetivo e, neste recorte, o liberalismo estava claramente associado às liberdades individuais, vistas de modo genérico e, para muitos, à modernização do Estado.

Como bem colocou Rosanvallon “ao refletirmos sobre a noção de liberalismo, rapidamente percebemos que se trata de uma noção falsamente simples: ver nela uma afirmação de liberdade sob todas as formas é algo demasiadamente vago e nada esclarecedor” (Rosanvallon, 2002, p. 7). Talvez por isso mesmo seja um conceito tão sedutor, capaz de ser utilizado agregando tantas pessoas quantas interpretações possíveis, sem contrapartida tão custosa. Rosanvallon, ao discutir sobre o liberalismo, procurou reconstituir os sentidos históricos dados ao termo. A seu ver, o sentido originário era o de propor uma sociedade sem amarras, num entendimento de que a sociedade regida pelo mercado seria uma sociedade sem controles hierárquicos e abusivos, que permitiria a efetiva liberdade individual e, por consequência, a maximização do bem-estar social. Vemos este entendimento genérico, especialmente no tocante à liberdade individual como maximizadora do bem-estar coletivo, presente nas falas de Lacerda e Azevedo: a autonomia dos congressistas perante imposição prévia e externa, ou seja, liberalismo como autonomia do indivíduo em benefício do grupo.

Além disto, esses conceitos, como colocado por Cândido, não precisavam e não tinham filiação única “... nós chegamos a convicção de que era um erro falar que a liberdade de opinião, o voto popular, a democracia política eram ‘valores burgueses’, pois, na verdade eram valores universais duramente conquistados por todo o povo” (Cândido, 2006, p. 14). Cândido falava como membro do partido socialista, fundado em 1945, fazendo clara crítica aos comunistas que também evitaram polemizar com outros participantes em nome do objetivo maior da oposição ao autoritarismo. Em linhas gerais e em termos políticos, tanto no âmbito do congresso, quanto ao longo do ano de 1945, houve mais unidade do que dissidência.

A ideia de liberdade era conceito também circulante no restante do mundo ocidental. Anteriormente, em Paris, o Colóquio Walter Lippmann (1938) já expressava preocupação com o declínio do liberalismo devido à disseminação tanto do socialismo quanto do fascismo, argumentando que "antes, a liberdade liberal teria que ser produzida e defendida" (Safatle, Junior e Dunker, 2020, p. 21). O tema da liberdade era tão central e somente aparentemente homogêneo,

levando inclusive Hayek a escrever condensar seus escritos sobre o conceito no livro “Os Fundamentos da Liberdade” por Hayek, iniciado em 1954 e concluído em 1960.⁶ Em seus escritos, o autor restringe o conceito de liberdade ao contrapor com a ideia de liberdade política, “a participação dos homens na escolha de seu governo, no processo legislativo e no controle da administração” (Hayek, 1978, p. 13), e com a ideia de liberdade enquanto poder, que poderia levar à “uma exigência de redistribuição compulsória de riqueza” (*idem, ibidem*, p. 14), o que ele associa ao socialismo (*idem*, 1944, p. 27; e 1948, p. 15). A ele, liberdade seria a relativa inexistência da coerção, ou seja, “o controle exercido sobre uma pessoa por outra em termos de ambiente ou de circunstâncias, a ponto de, para evitar maiores danos, aquela ser forçada a agir para servir aos objetivos desta e não de acordo com um plano coerente que ela própria elaborou.” (*idem*, 1978, p. 21). Ele diz coerção relativa pois entende ser necessária quando o que considera como liberdade está em perigo, como, por exemplo, em pedidos de equidade, ou maior ação estatal (*idem*, 1944, p. 96; e 1948, p. 107). Estas gradações de entendimentos mostram a complexidade do tema entre os anos de 1940 e 1960, pois cada formulação pode se compor com diferentes ideários políticos. Além disto, expressam as intencionalidades do autor, no intuito de apontar a um ideário neoliberal em construção. Para nós, o mais importante neste momento é perceber a centralidade do conceito de liberdade como horizonte de expectativas, num espaço de experiência específico, tanto no cenário internacional quanto no contexto brasileiro.

Embora o termo "neoliberal" não tenha surgido diretamente no Congresso em questão, foi o economista Ludwig von Mises, em seu livro “Liberalismus” de 1927, que primeiramente o cunhou, visando contrapor o que ele percebia como a corrupção do liberalismo por ideias socialistas e a expansão do papel do Estado. Esse movimento de contraposição à maior democratização e aumento do papel do Estado na vida social desde o pós-1ª Guerra Mundial, já havia se iniciado no âmbito político-econômico durante as Conferências de Bruxelas (1920) e Gênova (1921), como indicam Mattei (2022) e Forattini (2023). No entanto, o termo

⁶ É importante saber que Hayek já havia publicado outros livros que discutiam filosofia política como ‘O caminho da Servidão’ em 1944 ou ‘Individualismo e Ordem Econômica’ em 1948.

"neoliberal" só começou a ganhar popularidade com o decorrer do Congresso de Lippmann. A sua aceitação, contudo, não foi imediata, principalmente devido à falta de consenso em torno de seus princípios fundamentais. Essa ausência de consenso é responsável pela persistência do termo "liberal" durante a primeira metade do século XX, mesmo que ele abarcasse diferentes racionalidades, conforme destacado por Foucault no entendimento de que estes debates já carregavam "elementos que fazem parte do que conhecemos como neoliberalismo" (Foucault, 2008, p. 183). Conforme Koselleck afirma, "As palavras que permaneceram as mesmas não são, por si só, um indício suficiente da permanência do mesmo conteúdo ou significado por elas designado" (2006, p. 105).

Com o objetivo de delimitar essa mudança, a qual encontraremos indícios em nosso objeto de estudo, é possível afirmar que, do ponto de vista histórico, o liberalismo pode ser compreendido como a defesa da liberdade individual e da autoafirmação diante do Estado, conceitos presentes nas obras de Locke, Kant, John Stuart Mill e Adam Smith. A premissa central era que o Estado deveria restringir sua intervenção a assegurar uma estrutura de instituições políticas, legais e socioeconômicas que permitisse aos indivíduos e grupos buscar seus próprios fins e objetivos, conforme apontado por de Vita (2012, p. 79). No entanto, a partir de 1920, surgiram divergências sobre como alcançar essa liberdade (levando ao debate sobre o próprio termo) e qual seria o papel do Estado, gerando discussões entre a prevalência da *liberdade negativa*, caracterizada pela não interferência da autoridade política na economia e em questões relacionadas à propriedade privada, e a busca pela *liberdade efetiva*.

A corrente que defendia a liberdade negativa surgiu como uma reação principalmente à intervenção estatal em diversos aspectos da vida social, especialmente na esfera econômica com o advento do keynesianismo, aproximando-se, assim, do liberalismo laissez-faire. Por outro lado, a vertente que defendia a liberdade efetiva era composta por membros que advogavam por uma abordagem liberal com uma maior preocupação com enquadramentos normativos, argumentando que a mera existência da liberdade não era suficiente

para alcançar os desejos individuais, a menos que houvesse uma real possibilidade de concretizá-los.

Concordamos com Foucault quando ele afirma que o elemento definidor do neoliberalismo, especialmente naquele momento, foi a capacidade da ideia de liberdade de se aliar ao princípio do *laissez-faire* - presente também em certas vertentes liberais - sob o "signo de vigilância, atividade e intervenção constantes" (Foucault, 2008, p. 182). Contrariando a visão comum de que o neoliberalismo defende a completa ausência do Estado, Foucault argumenta que é necessário estabelecer um processo gradual de vigilância e intervenção, o qual foi progressivamente elaborado. Alguns dos preceitos do neoliberalismo⁷ podem ser encontrados no livro "A Cidade Livre", de Lipmann, que serviu como base para o Congresso. Como destaca Foucault: "Em todos os textos dos neoliberais, vocês encontram essa mesma tese de que o governo em um regime liberal é um governo ativo, vigilante e intervencionista" (Foucault, 2008, p. 183/184).

Os conflitos e dissensos estavam em formação, não só no Colóquio de Lippmann, mas em trabalhos apresentados no I Congresso de Escritores, tendo a valorização do indivíduo, sua liberdade e todas as suas potencialidades como tema em debate, com divergências em relação ao papel do Estado. Essas definições e outros aspectos correlatos contribuem para o entendimento das distinções existentes entre liberalismo e neoliberalismo, que não significam simples continuidade, mas são o resultado de um denso processo constitutivo. Devido à fragmentação de perspectivas, não havia consenso no debate internacional. No entanto, tanto no cenário brasileiro quanto em outros contextos, havia um horizonte de expectativas que, por um lado, possibilitava o alargamento ou alteração dos conceitos, numa abertura à concepção neoliberal como episteme e, por outro lado, apontava para o dissenso em torno destas questões, apresentando um rico cenário, com distintos projetos em disputa.

⁷ O neoliberalismo, como qualquer conceito, foi adquirindo uma moldura mais definida ao longo do tempo, ultrapassando o recorte temporal deste texto. Em nosso entender, o conceito carrega uma perspectiva política, no entendimento do papel do Estado, como discutido; uma perspectiva econômica, bem anunciada a partir do Consenso de Washington e principalmente, uma demarcação epistêmica, apresentando-se como uma matriz de produção de discursos; de produção de saberes e de modos de subjetivação (Safatle, Silva Junior, Dunker, 2020)

Centralidade da liberdade e desdobramentos conceituais no Brasil: democratização da cultura e modernização

Na 4ª Sessão Plenária, presidida por Aníbal Machado, na Comissão da Cultura, Fernando Azevedo leu proposta sobre o tema assinada por diferentes autores, entre eles, Cruz Costa, Carlos Lacerda e Antônio Cândido. Ao acompanharmos o longo texto-manifesto podemos constatar dois aspectos caros a esta discussão: a prevalência da ideia de liberdade e a articulação da efetivação da liberdade com a democratização da cultura, possibilitada por uma ideia de liberdade positiva, num claro alargamento conceitual:

Mas, se em vez de um estado organizado em bases democráticas, nós tivermos um estado que tenha por objetivo uniformizar o indivíduo ... nós teremos uma política autoritária e aristocrática. Fica, portanto, entendido que um processo de democratização da cultura implica em política em geral democrática. Em segundo lugar, *este processo da democratização da cultura reclama uma série de medidas econômicas, sociais e políticas, que convergem para este fim* ... Há também a considerar neste processo da democratização da cultura a própria missão social do escritor e o conceito que faz de cultura: ou uma literatura de luxo, feita para divertir os ociosos, ou uma literatura em sentido social, que permita uma comunhão mais íntima entre os autores e o público, entre os escritores e a massa. (ABDE, 1945, p. 93, grifo nosso)

A preocupação com a liberdade, presente ao longo de todo o Congresso, explicita as condições históricas próprias do Brasil, buscando por diferentes vias evitar os poderes centralizadores e, como indicado no trecho, a uniformização do indivíduo. Ainda que muitos intelectuais tivessem participado inicialmente preocupados com aspectos mais práticos da condição de trabalho dos escritores, houve o amálgama entre estas questões e a preocupação social, presente ao longo do congresso, muitas vezes relacionada à democracia. Apresentava-se ali um horizonte de expectativas, com o anúncio de um sentido de democracia plástica, que poderia ser *stricto sensu* político, no direito à participação, ou ser ampliado na incorporação de aspectos sociais e econômicos.

A nosso ver, as duas possibilidades estavam colocadas, fato que passou a articular intensa produção intelectual, cultural e democratização, desdobrando-se nos debates intelectuais dos anos 50 compostos por diferentes perspectivas intelectuais e ideológicas. Entre estas perspectivas estavam os ideários liberais;

os ideários das esquerdas, com amplo leque e, como forte marca do debate nacional, as perspectivas nacionalistas, que dialogavam, compunham-se e confrontavam-se com as outras variantes, tornando o cenário complexo. Neste sentido, a articulação entre os conceitos de liberdade e democratização da cultura apontava a um planejamento futuro, apesar de recuperar também questões postas no debate do republicanismo.

A preocupação com a liberdade, de forma genérica, e sua associação com questões sociais, econômicas, culturais e geopolíticas foi recorrente, apontando para a preocupação de Hayek, quanto à associação da liberdade enquanto poder - fato que coloca este horizonte de expectativa em ampla circulação. É o que se confirma com Caio Prado Junior que apresentou o seu parecer sobre a tese “O intelectual em face do problema da liberdade”, de Elias Chaves Neto. Segundo o parecerista, a tese defendia que a liberdade só seria possível se acompanhada de condições econômicas e políticas para sua efetivação. A questão política, segundo ele, foi bastante trabalhada; já a questão econômica foi continuamente relegada ao ostracismo, possibilitando a opressão capitalista. Assim, propôs a aprovação da tese, confirmada pela assembleia.

A tese “Democracia e Planificação” de Pontes de Miranda, com o parecerista Alberto Passos Guimarães, se insere neste debate, com novas nuances. O parecer começa afirmando que a planificação é uma exigência da vida econômica do nosso tempo e que o liberalismo puro deveria ceder lugar a uma economia de plano. Como já apontado neste artigo, os debates sobre o liberalismo estavam em processo, com diferentes entendimentos e formulações, tendo entre as propostas com maior intervenção, o Keynesianismo e o neoliberalismo.

As ideias de Keynes, anteriores ao Colóquio e ao Congresso citados e presentes em diferentes obras, entre elas o livro “The End of Laissez-Faire” em 1926, visavam lidar com este contexto de crise a partir da ação de Estado e foram praticadas nos EUA desde a crise de 1929 e absorvidas pelos ideólogos do Estado de Bem-Estar Social, como desdobramento da II Grande Guerra, na Europa. Eram, contudo, muito criticadas pelos defensores do *laissez-faire*. A partir do Colóquio Lipmann, um outro grupo de intelectuais propunha diferentes formas

de intervenção do Estado, que eram distintas das proposições keynesianas e mais preocupadas com a constituição de um enquadramento normativo favorável ao funcionamento do mercado. A esse grupo favorável ao que se tornou o neoliberalismo, o maior problema residia nas políticas sociais de intervenção nos direitos individuais e não necessariamente na presença do Estado. Como colocado por Foucault, esse ponto representava o eixo principal do neoliberalismo, no entendimento da necessidade de uma reforma na moldura organizacional do Estado, por regulações e ordenações. Neste sentido, a presença de um Estado racionalizado pelo neoliberalismo seria possível e não-contraditória, como ocorreu com o ordoliberalismo alemão.

Retomando o congresso dos escritores, vemos que a solução sugerida pelo parecerista era a de um modelo planificado, protegido por forte teor democrático. Observemos as conclusões do parecerista, organizada em três tópicos:

- I) O liberalismo puro não corresponde mais à nossa época.
- II) A planificação é um sistema indicado para o desenvolvimento progressista da economia liberal e pode ser estendido às demais atividades públicas.
- III) A ingerência do Estado na economia somente trará benefícios para a coletividade se aplicada dentro de um regime onde estejam assegurados os princípios democráticos e onde a liberdade crítica permita corrigir erros e deturpações. (p. 146/147)

Esta associação, por um lado, assumia uma ingerência de Estado através da necessidade da planificação e, por outro lado, oferecia a democracia como antídoto, no entendimento de que a democracia protegeria o liberalismo, pois o medo do excesso de planificação era a do retorno do autoritarismo. Tratava-se de clara influência do keynesianismo aliada à forte perspectiva nacionalista, própria do contexto brasileiro.

Mais uma vez podemos ler nesta formulação um espaço de experiência. Ao considerarmos o debate internacional, retomamos toda a discussão entre liberais e neoliberais e apontamos à disseminação de um discurso estadunidense contínuo na próxima década ao associar desenvolvimento e democracia liberal, tendo como principal demarcação temporal política o discurso de Truman ("Four

Point Speech”)⁸ As teorias da modernização se apresentaram como um pacote completo composto pela industrialização, tecnologia, democracia liberal e visão de mundo secular e tomaram, como unidade básica, a sociedade individual que, a nosso ver, contribuirá como fomento ao neoliberalismo.

No Brasil, as teorias da modernização foram discutidas pela intelectualidade, considerando propostas de planificação versus abertura do mercado; entendimentos sobre democracia e condições sociais; liberdade e desalienação, num caudal rico e complexo. Neste sentido, tanto a preocupação com a democratização da cultura e sua associação entre liberdade e igualdade, e liberdade e miséria, quanto o debate sobre as condições e limites de intervenção do Estado, inserem-se neste debate maior, apontando para um horizonte de expectativas no Brasil que será fortemente debatido na década seguinte, principalmente entre os isebianos.

Liberdade e tradição: discussão conexa e controversa

A dinâmica do Congresso estava organizada pela apresentação das teses, sua discussão e votação, sendo algumas dessas teses mais propícias ao debate em relação às questões liberais/neoliberais. Observemos a tese “O uso dos flans importados nas produções nacionais”, de Vicente Guimarães. Esta tese possibilitou a discussão sobre direitos de importação e custo das publicações, mas também remeteu ao debate sobre o nacionalismo. Vejamos a fala de Carlos Lacerda:

Realmente, nosso colega tem razão quando diz que a tese é excessivamente nacionalista. Envolve interesses comerciais. Não há dúvida. Mas, sobretudo por isso, nós devemos tomar conhecimento do assunto, mas há um aspecto mais importante. Em princípio nós não podemos ser contrários a importação do que quer que seja em material gráfico. Agora, quanto aos flans importados, a que se refere a tese, e que servem para divulgação de histórias como a do Fantasma, do Super-Homem e outros personagens, que contribuem para deformação sistemática da mentalidade infantil, isso podemos admitir. A verdade é que estamos importando veneno a nossas crianças. (ABDE, p. 120)

⁸ Apesar de ter ocorrido quatro anos depois do I Congresso, podemos afirmar que o ideário inscrito nele já era circulante, principalmente quando relacionado ao enaltecimento da democracia liberal e sua associação com um projeto socioeconômico modernizante que só podia ser ocidental.

O debate trazia diferentes vieses: o econômico sobre a proteção ou não da indústria nacional sobre a importação de material (papel) ou equipamentos à produção interna; e sobre os direitos referentes a essas limitações. É importante notar que o problema colocado por Lacerda não se referiu à proteção da produção da cultura nacional, mas à degradação moral. Sobre este ponto não precisamos identificar, contudo, contradição com o liberalismo, basta atentarmos ao lugar que a tradição ocupou no discurso liberal ao retomarmos a reflexão de Rosanvallon sobre os escritos de Hume “Para que a ordem não seja mais baseada na dependência dos indivíduos frente a um poder político ou religioso ... é preciso de fato que a conduta da sociedade seja regulada pela tradição, isto é, pelo que há de mais impessoal, de menos apropriável ou manipulável...” (Rosanvallon, 2002, p. 14/15). Na luta contra o poder político da nobreza e o poder religioso, Hume construiu uma argumentação de valorização do costume e o hábito, vendo nestes âmbitos um tecido social capaz de se justificar como organizador da sociedade, mas despersonalizado dos poderes que até então embasaram a sociedade. Nesta conexão permanecia a centralidade da individualidade garantida pela despersonalização do poder, remetendo, mais uma vez, ao debate sobre a liberdade, já aqui aludido.

São estas conexões entre ideários autoritários e liberais, em composição, sobreposição e contraposição, que explicitam as especificidades do contexto social no qual os conceitos circulam. De certo modo vislumbramos no cenário de 1945 um país que ainda vivia sob a égide de uma cultura política autoritária. O discurso liberal se apresentava como a espada em oposição ao autoritarismo, mas precisamos analisar se os âmbitos político, social e cultural foram atravessados da mesma forma por estes discursos. Se notamos, nas diferentes plenárias, a coincidência de um discurso contra o autoritarismo político e a defesa filosófica dos direitos individuais, sobre a liberdade nos costumes havia um longo caminho a trilhar. Existiam claros limites à liberdade.

Neste caso, como mostra Pécaut (1990), há diferentes vertentes de nacionalismo presente na intelectualidade brasileira, do conservador ao “esclarecido”. Temos também o fio do conservadorismo que vai se entrelaçar em outros debates com os fios da defesa da cultura nacional, como no destaque da

fala de Ayres da Mata-Machado que entende que “a tese é nacionalista, mas não excessivamente nacionalista. Eu não vejo por que devemos considerar o nacionalismo como uma coisa nefanda” (ABDE, p. 120) interagindo com o debate econômico apresentado pela dicotomia da proteção da indústria nacional associado à preocupação moral colocada por Lacerda.

Mais um fio se entrelaça neste novelo, destacado na fala de Nelson Palma Travassos: “acho um perigo a introdução intelectual dos Estados Unidos no Brasil... Os americanos não admitem que exportemos para lá livros impressos no Brasil, em inglês... Se nós não somos capazes de uma cultura própria, abduquemos da nossa qualidade de homens livres” (ABDE, p. 121), associando a cultura nacional à autonomia da condição humana.

Destrinchando os fios deste novelo vemos diferentes nuances. Alguns setores propuseram a defesa da cultura nacional, entendendo que ela garantia a condição de homem livre, caminhando a um longo debate futuro sobre autonomia e desalienação. Contudo, neste mesmo debate já estava o fio associado à defesa das tradições, dos valores morais. Este fio não se coaduna com o debate da desalienação, mas sim, da preservação dos costumes. Aliado ao debate sobre cultura nacional, com os espectros já anunciados, havia o debate econômico-político sobre proteção ou abertura do mercado, trazendo, por um lado, o fio da defesa do mercado nacional, num processo de desalienação econômica, e da necessidade da importação de máquinas e não de produtos, de acordo com a racionalidade do processo de Industrialização por Substituições de Importações (ISI). Contudo, *pari passu* a este argumento circulou o da defesa dos direitos individuais na importação de diferentes produtos, como na fala de Orlando Carvalho, que se colocava a favor da liberdade de imprensa.

Estas diferentes vertentes permanecerão ao longo das décadas seguintes, demarcando eixos ideológicos distintos, tendo a centralidade da ideia de liberdade como marca, lida, contudo, por vieses em contraposição. Estes debates e conflitos avançarão sobre a discussão político-partidária, provocando rachas inegociáveis.

O II e o III Congresso Brasileiro de Escritores e as fissuras escancaradas: do debate intelectual ao político-partidário

O II e o III Congresso se inscrevem cada vez mais na lógica da bipolaridade da Guerra Fria, em que temas caros ao I Congresso sobre a profissão do escritor são deixados de lado em favor da dissidência e bipolarização interna entre “liberais” e “comunistas”. Nesse sentido, os termos liberdade e autoritarismo ganham conotações variadas a ambos os grupos, com dimensões político-partidárias, bem como o direito à legitimidade na arena pública de ambos os lados.

Como noticiado pelo *O Jornal do Rio de Janeiro* em junho de 1947, o segundo congresso ocorreria em Belo Horizonte em “inquieto ambiente literário”. Focando em Minas e na delegação desse estado ao congresso, o jornal falará com autores que partilhavam dessa opinião. Tratava-se, de uma nova geração de escritores que desejava ser ouvida em temas mais amplos que os postos no I Congresso.

Durante o II Congresso houve clara intenção de continuidade na busca pela coesão e rejeição ao totalitarismo e às ameaças à liberdade. Contudo, ao mesmo tempo, houve o crescimento das dissidências. A frase final “partam de onde partirem”, estampada nos jornais liberais que resumiram o evento, deixava claro o intuito de muitos participantes de frisar que havia um novo inimigo, comunismo. Afirmiação não vista com bons olhos por boa parte dos integrantes do congresso que irão buscar obter posição de força no III Congresso impondo sua própria agenda antiliberal-estadunidense.

As questões postas no II Congresso expressaram, mais uma vez, as condições do contexto social, nacional e internacional. Internamente, em ambiente democrático, a ideia de unidade pela democracia começa a ruir. A ABDE não mais se empenhará na promoção deste ideal, levando a dissensões internas, em grande parte estimulada pelo rearranjo partidário que ocorria no país, com seus membros tomando parte destes, muitas vezes em conflito. Externamente, o conflito surdo da Guerra Fria, intensificado pela Doutrina Truman, auxiliava nesse rompimento interno e na simplista bipolarização entre intelectuais e autores comunistas e liberais, eliminando a exposição de diversas

outras correntes de pensamento. Naquele ano, os EUA sinalizaram as diretrizes dessa doutrina, chamada de Doutrina de Segurança Nacional de Contenção do Comunismo (DSNC), incluindo um novo Ato de Segurança Nacional, além da formação de um Conselho de Segurança Nacional. Neste sentido, o comunismo se cristalizava como o real inimigo do mundo liberal-democrático e as ações estadunidenses tinham o intuito de impedir a “subversão nos países aliados”, em especial na América Latina.

Dutra, por seu lado, adotava política de segurança interna similar, expressa na proposição de alteração da lei de Segurança Nacional, pela Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça (aprovado em 1953) que “define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências”; pela proposição de cassação do registro do PCB; além de buscar alterar a Lei de Imprensa. Estes tópicos foram levados ao congresso, motivando o racha interno, pois segmentos de esquerda propunham moção sobre os temas, fato negado por setores liberais. A discórdia chegou aos jornais, como destacado abaixo:

A moção aprovada por aclamação e depois retirada pelo autor sobre aprovação unânime do plenário:

- considerando que o anteprojeto da lei de segurança nacional apresentado ao Parlamento e na prática a liquidação total de todas as franquias democráticas inclusive dos direitos essenciais para a criação literária artística e científica;
- considerando que o projeto de cassação de mandatos apresentado no Senado vem liquidar o princípio da inviolabilidade do mandato popular conferido em eleições livres;
- considerando que a ilegalidade de qualquer partido político é uma grave, perigosa mutilação do regime democrático que pode levá-lo até a volta da ditadura;

O II Congresso Brasileiro de Escritores dirige-se ao Parlamento Nacional no sentido de recusar, por inconstitucionais e lesivos ao regime democrático, o projeto de Lei de Segurança Nacional e o projeto de cassação de mandatos;

Sala de Sessões 15 de outubro de 1947- Aires da Mata Machado Filho (Diário de Notícias, 26/10/1947, p. 2, grifo nosso)

O jornal indica, na introdução da matéria, que os três documentos ali apresentados não constavam das Atas dos Anais do Congresso. O primeiro documento apresentava a moção acima transcrita; o segundo, não transcrito, trazia as assinaturas dos que apoiaram a moção. O terceiro, indicava a demissão dos liberais caso a moção não fosse retirada e era assinada pelos membros da

Comissão de Assuntos Políticos. Enfim, trazia como justificativa a irrelevância de uma Comissão que não tinha controle sobre os textos aprovados nela. Entre os signatários estavam Antônio Cândido, Carlos Drummond de Andrade e Afonso Arinos de Melo Franco.

Vemos que o debate 'liberdade-questões sociais' anunciado no I Congresso tomava dimensões político-partidárias perdendo o caráter consensual de 1945, apontando para posições político-ideológicas e partidárias irreversíveis. Se os liberais acusavam os comunistas de ideologização do intelectual, estes acusavam os liberais de apoliticismo. Os comunistas viam claro alinhamento dos discordantes com os EUA no projeto de criminalização do comunismo. Em 26 de março de 1949 houve a eleição da diretoria da ABDE que organizaria o III Congresso e de seu Conselho Fiscal. A disputa pelo controle da associação mostrou clara continuidade dos problemas já colocados em 1947. Tratou-se de evento conturbado, com a presença de intelectuais armados, gritos e enfrentamentos pessoais. O jornal *A Manhã* retratou a referida dissensão relacionando-a com a disputa internacional no contexto da Guerra Fria, elevando os intelectuais que iriam votar à "soldados de uma luta decisiva ao destino da Humanidade" (26/03/1949, p. 4).

O que hoje se verifica é uma espécie de choque de patrulhas dentro da grande luta mundial entre o Comunismo e a Democracia. Os comunistas querem apossar-se de um reduto de grande importância na vida nacional de onde esperam manobrar a influente massa de intelectuais ali congregados. Por isso, o prédio saiu fora da órbita dos acontecimentos de interesse exclusivo dos intelectuais e assumiu um caráter mais amplo e mais sério. Os que forem votar na eleição de hoje, o farão não apenas na qualidade de membros da família dos escritores. Mas, também, e antes de tudo, como cidadãos. Ouso dizer: como soldados de uma luta decisiva ao destino da Humanidade. (*ibid.*)

Foi sintomático perceber como o evento circulou na imprensa de forma massiva. O jornal *Correio da Manhã* trouxe a matéria "Uma Eleição de Escritores - entre o comunismo e a democracia", estabelecendo como categorias dadas, o liberalismo como opção democrática versus o comunismo "A fração comunista que ali funciona, depois de esforços desesperados, que vão desde a catequese à calúnia, desde a intriga à mais sórdida mistificação, apresentam uma chapa que

como sempre, tem à frente, um inocente útil. (Correio da Manhã, 20/03/1949, p. 2).

A chapa liberal venceu, mas houve denúncia, em ambos os lados, de manipulação do processo⁹. Esta crise teve desdobramentos posteriores, inclusive com pedidos de vários integrantes pela dissolução da própria ABDE por uma nova entidade que se pretendia “apolítica” (“Vai mesmo ser Dissolvida a Associação Brasileira de Escritores” A Manhã 17/04/1949, p. 8).

Já discutimos que a tônica da Guerra Fria foi a apresentação do alinhamento ao ocidente como a opção da democracia com desenvolvimento, discurso reafirmado no título da matéria ao estabelecer a conexão óbvia entre liberalismo e democracia. O artigo focava na criminalização do comunismo, estabelecendo associações de difamação mediante uso de adjetivações negativas, associando comunismo à mentira, intriga e manipulação. Neste sentido, a imprensa liberal reforçava e disseminava discurso circulante tendo, inclusive, na tática de desmerecimento uma estratégia longeva, já presente em 1935 na Intentona Comunista.

O tom exacerbado refletia a conjuntura nacional. Vimos que Dutra vinha endurecendo com a esquerda, restringindo seus espaços legais de participação política. Esta alteração no tabuleiro político-partidário contribuiu para a avaliação do PCB de que era necessário ampliar sua participação e influência no âmbito cultural, através de diferentes associações e publicações intelectuais em revistas e jornais. Os setores liberais perceberam este movimento e se mobilizaram para evitar a ampliação do espaço de participação, por exemplo, na ABDE pelo controle de sua diretoria, daí a enorme importância desta eleição.

Nesse momento e especialmente no III congresso, a disputa entre nacionalistas/desenvolvimentistas e cosmopolitas/entreguistas ficou clara. Em vários artigos de jornais e revistas que antecipavam o III Congresso houve o uso desses adjetivos. Acusações de imperialismo e servilismo/traição, bem como a representação do “tio Sam” ditando as palavras dos liberais, especialmente dos

⁹ Em “Venceu a Chapa Democrática no ABDE”, foi relatado que “A Nova Impugnação feita pelos Comunistas” foi rechaçada pela Assembleia pois seus “recursos somente teriam cabimento em relação a assinaturas em procurações cuja autenticidade seja duvidosa”, o que não aconteceu (A Manhã, 27/03/1949, p. 7).

que se diziam “apolíticos”, era frequente (Figura 1). A visão do liberal brasileiro subordinado aos interesses estadunidenses se alastrou nessa época.

Figura 1 - “A liberdade dos intelectuais ‘apolíticos’ vista dos bastidores”



Fonte: Revista *Fundamentos*. Abril/1950, p. 1

A revista *Fundamentos* opunha-se aos setores liberais, dedicando vários números e seções à temática dos congressos. No editorial de lançamento destacou a defesa do nacionalismo e repúdio ao imperialismo, no entendimento de que o nacionalismo viabilizaria a democracia e a liberdade pública: “Fundamentos considera a vigência das liberdades públicas e dos direitos fundamentais do homem como único clima em que a cultura pode desenvolver-se e frutificar.” (1948, n. 1, Junho, p. 4). No editorial do número 14 (abril de 1950), destacou o agravamento do cenário nacional/internacional: “o imperialismo yanque e seus vassallos internacionais vão revelando a sua verdadeira cara, cara de criminosos que não recuam diante de nenhuma consideração moral ou humanitária para realizar os seus propósitos de dominação mundial” (1950, n. 14. Abril, p. 3), explicitando os conflitos entre os intelectuais.

Sobre o contexto histórico foram contundentes na acusação de que os liberais estavam entregando as riquezas do país às multinacionais (daí a terminologia “entreguistas”) colocando em risco a autonomia do país,

explicitando seus interesses elitistas ao não considerar os problemas da população. Foram insistentes no fato de que a defesa do apoliticismo dos liberais era estratégia política de setores elitistas que ocupavam funções na estrutura estatal e na grande imprensa, garantindo o controle do debate e os instrumentos de ação.

Na edição de maio-junho, mês subsequente à realização do congresso, a revista publicou a Declaração de Princípios do III Congresso. Observemos alguns trechos:

Os escritores brasileiros ... com firme consciência dos seus deveres e responsabilidades perante a Nação e inspirados na tradição dos I e II Congressos, proclamam que um dos principais obstáculos ao desenvolvimento da cultura é a situação de atraso econômico de nosso país. ... Considera igualmente o Congresso que a liberdade é essencial à plenitude da criação literária e artística. *Entretanto*, no âmbito nacional, sucedem-se os atentados à liberdade de pensamento, entervando a missão do escritor e impondo-lhe o dever de *vigilância e combatividade na defesa da livre manifestação das ideias*. ... I - É indispensável ao exercício da profissão do escritor a existência de condições materiais adequadas. Sentem, por isso, os escritores, *a necessidade de lutar pela emancipação econômica e o desenvolvimento do nosso país*; II - É condição do livre exercício da atividade criadora no domínio da literatura e da arte um clima democrático e de garantias constitucionais. No Brasil tais garantias têm sido constantemente violadas por atos de arbítrio do poder público e postas em perigo por projetos de leis obscurantistas e retrógradas como os de imprensa e de segurança nacional (Fundamentos, 1950, maio-junho, p. 21)

A leitura destes princípios encaminha certas correlações que queremos discutir. A primeira, considerando o percurso do texto, foi o da correlação entre cultura e atraso econômico. O primeiro Congresso anunciou esta correlação ao associar cultura a condições sociais; já o III Congresso entrelaça o âmbito da cultura à “emancipação econômica e desenvolvimento de nosso país”. A correlação cultura-desenvolvimento merece reflexão. Koselleck, ao discutir o nascimento da palavra progresso indica que o termo colocava a situação em eterno movimento, pois “sempre se tratava de superar experiências que não podiam ser derivadas das experiências anteriores e, portanto, de formular expectativas que antes ainda não podiam ser concebidas” (Koselleck, p, 320). A nosso ver, algo semelhante ocorreu ao se estabelecer a correlação entre cultura e desenvolvimento, pois se a cultura deveria ser um âmbito que contribuiria

diretamente com o desenvolvimento do país, colocava-se em condição de movimento, desestabilizando as referências já postas, engessadas, convertendo o campo da cultura de um espaço de experiência a um horizonte de expectativas. Vimos um contínuo movimento dos setores de esquerda na busca deste espaço que se abria ao indeterminado, culminando num longo processo de debates nestes anos de 1950, norteados pela ideia do desenvolvimento.

A valorização da liberdade em sua correlação com a condição de plenitude da criação literária também apareceu com forte continuidade, nomeada no documento em associação às tradições: “Fiéis às tradições e aspirações de nosso povo e de nossa cultura, que são de paz, amor à Pátria e à liberdade”. Contudo, foi atrelada à condição democrática: “É condição do livre exercício da atividade criadora no domínio da literatura e da arte um clima democrático e de garantias constitucionais”, movimento este continuamente proposto pelos liberais.

A radicalização dos discursos e a separação entre intelectuais não ficou incólume no campo liberal. Se, por um lado, havia liberais que entendiam a democracia como um espaço amplo de debates ideológicos, apoiando a existência, por exemplo, do PCB, outros setores tornaram-se ferrenhos opositores ao comunismo, visto como ideologia antidemocrática e, muitas vezes, amoral. Essa divisão espalhou-se inclusive na imprensa.¹⁰

Assim, não foi surpresa que um mês antes do III Congresso, foi a vez da ABDE-SP declarar que não participaria do III congresso. Igualmente fez a ABDE-PE que disse que a partidarização ocorrida no III Congresso ia contra os interesses da ABDE e que “recusa o convite da ABDE-BA para tomar parte no congresso de escritores por não o considerar um legítimo conclave de intelectuais brasileiros” (Diário de Pernambuco, 28/03/1950, p. 2). Já ao jornal Diário de Notícias (RJ), essa debandada era ato de covardia “pois onde houver comunismo, devem estar os

¹⁰ Se olharmos a trajetória de um jornal liberal conservador como O Estado de S. Paulo, vemos que, inicialmente, ele foi um dos poucos jornais da grande imprensa a defender a democracia em sua mais pura forma reagindo negativamente à ideia de Dutra em colocar o PCB na ilegalidade e romper as relações diplomáticas com a URSS. Entretanto, com o tempo, o jornal tornou-se um feroz adversário dos integrantes desse partido e de qualquer relação com os soviéticos, inclusive adotando o anticomunismo como uma das principais bases do discurso antijanguista e golpista em 1964.

intelectuais democratas para combatê-los, como já foi feito em Belo Horizonte em 1947” (Diário de Notícias, 16/04/1950, p. 4).

Vê-se que a divisão iniciada no II Congresso, já era vista como uma disputa entre dois campos. No III Congresso a divisão foi tanta que os grupos não viam nem mais possibilidade de diálogo, especialmente em uma disputa interna de predominância discursiva e programática sobre a direção e pauta do congresso. O embate turvava a visão de ambos os lados, entrincheirando cada vez mais ideologicamente os grupos e exacerbando seus discursos e práticas, lógica recorrente nas próximas décadas.

Considerações Finais

O objetivo deste artigo foi o de discutir a centralidade do tema da liberdade nos anos de 1940, destrinchando alguns de seus sentidos; a circularidade do tema; as construções discursivas em sua conexão com os ideários políticos e os desdobramentos político-partidários. A nosso ver, estes debates que tinham a liberdade como questão central expressaram, por um lado, os embates no campo do liberalismo e os indícios do neoliberalismo interna e externamente, como também, garantiram importantes fissuras no cenário brasileiro, expondo distintos projetos políticos alinhavados tanto pela ideia do desenvolvimentismo quanto do nacionalismo.

Escolhemos como recorte a análise do Congresso Brasileiro de Escritores nas suas três primeiras edições, pois estes representavam o percurso de parte importante da intelectualidade brasileira, que carregava o tema da liberdade em seus discursos. Esta observação nos apresentou um percurso de recrudescimento tanto em relação aos ideários político-culturais, quanto em relação aos diálogos político-partidários. Podemos dizer que, se inicialmente buscou-se a coesão, a marca predominante foi a cisão e o enfrentamento. Ao mesmo tempo, possibilitou a reflexão sobre o lugar do discurso liberal e seus reordenamentos, bem como a visualização de um percurso de construção discursiva e conceitual que norteará o debate político-ideológico das décadas seguintes.

A polarização geopolítica e a pressão por alinhamento, calcadas num discurso democrático modernizador e, aos poucos, anticomunista contribuíram com o acirramento das ações do Estado vinculadas à segurança nacional, alterando o tabuleiro interno. Ao mesmo tempo, o pacote democracia/modernização mostrou-se como “elixir social”, assumido pelos liberais e redimensionado pelas esquerdas. A nosso ver, o discurso de modernização acoplado à democracia, no tabuleiro geopolítico radicalizado, favoreceu a ingerência estadunidense tanto no âmbito econômico quanto político-ideológico. Esta reforçou o pensamento liberal, na centralidade do debate sobre a liberdade, e fomentou o neoliberalismo, inicialmente pela proposição de uma gramática racionalizadora da sociedade, em prol do desenvolvimento e da eficiência econômica, sempre em nome da liberdade.

A análise dos conceitos nos mostrou que os anos 1940, ainda nebulosos, abriram um claro horizonte de expectativas ao fundamentar suas formulações associadas a ideias em movimento. Assim, a ideia de liberdade, com entendimentos e significados variados, foi logo associada à desenvolvimento, termo este que foi aos poucos se solidificando, abrindo um campo de imprevisibilidade. Como colocado por Fonseca (2015), a ideia circulou no Brasil desde os anos 1930, pensada como práticas desenvolvimentistas, e, aos poucos, nos anos 1950 e 1960 consolidou-se como ordenamento teórico. Vemos este processo e as articulações entre os termos, em constante construção ao longo dos congressos aqui analisados.

Considerando o debate no campo da esquerda, observamos que esta teve que se defender e posicionar continuamente da associação entre liberdade-democracia-modernização em oposição ao binômio esquerda-comunismo, buscando associar-se a outra associação: liberdade-nacionalismo-desalienação - um aspecto que terá muitos desdobramentos ao longo dos anos 50. Neste sentido, aos poucos se confirmou o debate desenvolvimentista de viés nacionalista associado à possibilidade de autonomia e desalienação da nação, pensados tanto no campo econômico quanto no campo cultural, reafirmando a contínua preocupação com o campo social e com as condições econômico-sociais da população. Conforme este ideário se moldava, mais se encrustava nos

comunistas a ideia de entreguismo dos liberais, frente ao que pensavam consubstanciar o nacionalismo, num percurso de enfrentamentos.

Mas o desenvolvimentismo também teria morada entre os liberais, já que foi pautado neste campo a partir dos debates sobre a modernização. Como mostra Chaloub (2022), as relações entre desenvolvimentismo e liberalismo, pós-ditadura Vargas, não se esgotam em necessário antagonismo. Vimos que o discurso de Truman sedimentou a ideia de subdesenvolvimento, possibilitando a formulação de encaminhamentos de superação pelo campo capitalista mediante receituário liberal desenvolvimentista que pregava etapas à modernização. Sua discussão e diversas formulações percorrerão as décadas seguintes. A racionalidade técnica, insidiosamente introjetada, foi longamente discutida por Álvaro Vieira Pinto (2005), já diagnosticada no início dos anos 50 e, segundo o autor, tão favorável ao capitalismo e tão perversa ao trabalhador. A incorporação tecnológica, no modo como foi apresentada, carregando forte valor moral e de resposta ao subdesenvolvimento, era parte do pacote da modernização e potente auxiliar ao neoliberalismo, já que carregava forte caráter ordenador (Foucault, 2008).

As estratégias desta 'guerra interna' foram distintas, apesar da radicalização comum. Os comunistas que haviam perdido o espaço institucional político-partidário, procuraram ampliar sua atuação reverberando seu discurso através da imprensa chamada nacionalista, através da ocupação de associações e institutos, como ocorreu no caso da ABDE em 1949 e pela formulação de estratégias de ação no campo cultural, além da contínua atuação junto aos sindicatos e luta operária. Os liberais ocuparam a grande imprensa, garantindo a reverberação de seu discurso, também associado ao anticomunismo, cada vez mais disseminado. Nesta estratégia discursiva potencializaram o binômio desenvolvimento-democracia como o único caminho possível. Vimos que os comunistas não aceitavam esta conexão, mas a imprensa e atuação liberal foi contínua e incisiva nesta narrativa, paralela ao discurso anticomunista que caminhou num crescente até desembocar no golpe de 1964.

Além disso, os liberais tinham melhor trânsito nas estruturas governamentais ocupando, em distintos momentos, funções burocráticas, além

da presença no âmbito parlamentar, mediante partidos liberais. Apesar de aparentemente cederem espaços de atuação aos comunistas, diríamos que houve um percurso de sedimentação deste ideário canalizado em outras formas de atuação, como a aproximação ao receituário estadunidense efetivado por variadas estratégias, como o fomento das fundações de pesquisa para a formação de uma elite orgânica (Dreifuss, 2006), denunciada pelos comunistas.

Conexo à conformação de uma elite orgânica, houve o percurso de disseminação da racionalidade capitalista. “O objetivo de introduzir conceitos modernos do planejamento indicativo e da racionalidade capitalista foi até certo ponto atingido, entre 1951-53, pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos” (Dreifuss, 2006, p. 82), comissão esta da qual personalidades como Roberto Campos e Coronel Mário Poppe de Figueiredo, da Escola Superior de Guerra (ESG) fizeram parte. Em nosso entender, era parte desta engenharia a formação da ESG (1949) que passou a elaborar uma Doutrina de Segurança Nacional calcada no anticomunismo e associada continuamente à defesa do desenvolvimento. A ESG mantinha cursos de formação compostos por militares e empresários. Ministraram aulas nestes cursos alguns nomes que compuseram a Comissão Mista Brasil-EUA e foram referências na implementação do neoliberalismo no Brasil, entre eles Eugenio Gudín e Octávio de Bulhões (*ibid.* p. 86)

Neste caminho, o liberalismo- neoliberalismo manteve-se presente. Como conceito, mostrou-se elástico, estabelecendo longo e complexo diálogo com o lugar do Estado e sua interação com as políticas sociais; com os limites e sentidos da democracia e com as condições de subjetivação; este percurso foi sempre encaminhado discursivamente pela preocupação com a liberdade. Como a própria lógica conceitual, são permanências em movimento, ou seja, com contínuas mudanças. Nesta dicotomia entendemos que o debate liberal, visto como ideologia ou política econômica, nos anos 1940 e 1950, caminhou ao neoliberalismo já nos anos 1970, conformando-se hoje como uma racionalidade social, um “sistema normativo que ampliou sua influência no mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (Dardot; Laval, 2016, p. 7).

Fontes

ABDE (Associação Brasileira de Escritores). **I Congresso Brasileiro de Escritores**. São Paulo: Imprensa Gráfica, 24-27 jan. 1945.

ASSOCIAÇÃO brasileira de escritores: Secção de Pernambuco. **Diário de Pernambuco**, Recife, 28 mar. 1950, p. 2 Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_13&pesq=%22recusa%20o%20convite%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=1138 Acesso: 08 fev. 2023.

CAFÉ da Manhã: A Escritora Manicura. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 17 abr. 1949, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&pesq=%22ABDE%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=42453>. Acesso: 09 fev. 2023.

CONGRESSO bolchevizante. **Diário de Pernambuco**, Recife, 26 mar. 1950, p. 4 Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_13&pesq=%22recusa%20o%20convite%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=1114 Acesso: 08 fev. 2023.

Diário de Pernambuco. Recife, 19 nov. 1944,

DO DOCUMENTÁRIO secreto do congresso dos escritores. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 26 out. 1947, p. 2 Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&pesq=%22Aires%20da%20Mata%20Machado%20Filho%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=35625 Acesso: 08 fev. 2023.

EDITORIAL. **Revista Fundamentos**, São Paulo, 01 jun. 1948, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=102725&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=4> Acesso: 09 fev. 2023.

ELEIÇÕES hoje na ABDE. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 26/03/1949, p. 2 Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&pesq=%22ABDE%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=42126> Acesso: 09/02/2023.

INQUIETO ambiente literário. **O Jornal do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 15 jun. 1947, p. 13. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pesq=%22inquieto%20ambiente%20liter%C3%A1rio%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=38921 Acesso: 08/02/2023.

TIBIESA ante o comunismo. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 16 abr. 1950, p. 4 Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_03&pesq=devem

<http://memoria.bn.br/pagfis=190> Acesso: 08 fev. 2023.

UMA eleição de escritores. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro 20 mar. 1949, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=%22ABDE%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=46304 Acesso: 09 fev. 2023.

VENCEU a chapa democrática no ABDE. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 27 mar. 1949, p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&pesq=%22ABDE%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=42145> Acesso: 09 fev. 2023.

Bibliografia fundamental

AMADO, J. **Navegação de cabotagem**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992.

AMARAL, A. **Textos do Trópico de Capricórnio**: Modernismo, arte moderna e o compromisso com o lugar. São Paulo: Editora 34, 2006.

CAMPOS, R. **Do outro lado da cerca**. 4a. ed. Rio de Janeiro: APEC, 1968. 355 p.

CAMPOS, R. **A Lanterna na popa**. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 1994.

CANDIDO, A. Socialistas, comunistas e democracia no pós-guerra. **Estudos de Sociologia**. Araraquara, v.11, n.20, 2006, pp.7-21

CANDIDO, A. **Teresina etc**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CERVO, A. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: UNB, 2015.

CHALOUB, J.; CANNONE, H. Para além do antagonismo: Desenvolvimentismo e liberalismo no Brasil da República De 1946. **Revista Brasileira de Ciência Política**, no. 38, 2022.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DREIFUSS, R. A. **1964: A Conquista do Estado**. 6ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. **Texto para discussão**. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ipea, 2015.

FORATTINI, F. M. **O novo Leviatã**: A Agenda Anticorrupção e a Expansão do Neoliberalismo no Brasil. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

- FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HAYEK, F. A. **The road to serfdom**. New York: Routledge & Sons, 1944.
- HAYEK, F. A. **Individualism and economic order**. Chicago: The University of Chicago Press, 1948.
- HAYEK, F. A. **The constitution of liberty**. Chicago: The University of Chicago Press, 1978.
- GINZBURG, C. **O fio e os rastros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- KEYNES, J. M. **The end of laissez-faire**. Great Minds Series. New York: Prometheus Books, 2004.
- KOSELLECK, R. **Passado futuro**. Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2006.
- LIPPMANN, W. **A boa sociedade**. Londres: Taylor & Francis, 2004.
- MATTEI, C E. **The capital order: How economists invented austerity and paved the way to fascism**. Chicago: University of Chicago Press, 2022.
- MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MARIUTTI, E. B. O Colóquio Walter Lippmann e a gênese do neoliberalismo: apontamentos. **Texto para discussão**. Campinas, Unicamp, IE, n. 415, ago. 2021.
- PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil (entre povo e nação)**. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- PINTO, A. V. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto. 2005
- PINTO, A. V. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. 4ª. ed., Rio de Janeiro: Editora ISEB, 1960.
- ROSANVALLON, P. **O liberalismo econômico** - história da ideia de mercado. São Paulo: EDUSC, 2002.
- SAFATLE, V.; JUNIOR, N. S.; DUNKER, C. (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- TOTA, A. P. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- VITA, A de. Liberalismo. In: AVRITZER, L. (org.) **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.